

Ensino público, privado e comunitário

Talvez não seja o melhor momento para reabordar o debate sobre ensino público e privado, apostando na criação de uma rede popular de ensino, no contexto de privatização do sector público que estamos a viver. Longe da nossa vontade somar argumentos para o desmantelamento do sector público, já seja educação, saúde ou a pouca indústria que fica sem privatizar. As e os activistas da Semente temos um longo historial em defesa dos serviços públicos do nosso país; entendemos que numa sociedade justa o lucro e a mercantilização deveriam estar desterrados de actividades como o ensino ou a saúde. E em concreto, na nossa sociedade, entendemos que o capital e a Igreja deveriam estar o mais afastados destes serviços. Mas também é certo que a nossa iniciativa não se pode encaixar em nenhuma dessas categorias -nem pública nem privada-, e cumpre explicarmos as reflexões que nos levaram a dar este passo.

Começaremos por dar um repasso da situação dos serviços públicos no nosso país, embora esta análise não tem nada de original, mais bem será partilhada por todas as pessoas comprometidas com a luta por uns serviços públicos galegos e de qualidade. Mas já vimos de indicar que nós também nos situamos nesse conjunto.

Se nos referimos à língua, o ensino público, especialmente nas cidades, leva anos a contribuir para a castelhanização da sociedade. Nalguns casos é agente activo dessa castelhanização e noutros não consegue, apesar dos esforços de uma parte do professorado, reverter este processo, nem sequer fixar falantes da nossa língua.

Do ponto de vista de uma óptica minimamente progressista os ataques aos serviços públicos, bem sejam educativos (Galinhas Azuis geridas pelo Opus Dei, infiltração de empresas na Universidade, declarações do Ministro Wert sobre a espanholização do ensino na Catalunha...), de saúde (derivação de doentes da sanidade pública à privada, novos hospitais de Lugo e Ponte Vedra...), ou de outro tipo (a fraude da protecção oficial na construção de vivendas...), não podem ser interpretados mais que como um novo passo no desmantelamento destes serviços para a assunção dos mesmos por parte do capital privado. Isto suporá o empioramento das condições de trabalho dos empregados e empregadas, mas também o empioramento do serviço.

A pergunta que nos surge é: Quanto estamos dispostos e dispostas a aguentar sem criarmos uma alternativa? O protesto é ineludível e justo, mas os ataques ao público não são de agora. Levamos anos numa espiral que nos está a furtar direitos básicos e a frustração acumula-se. Precisamos, paralelamente a estas iniciativas, outras que nos permitam demonstrarmos que tipo de país queremos, que nos permitam construir. Que nos permitam dizer-lhes aos nossos amigos e amigas: Este é o tipo de Ensino que queremos para os nossos

filhos e filhas. Para além de esforços voluntariosos individuais; para além de livros, artigos ou páginas web. Realidades.

Há pessoas que crem que perante estas agressões só existe um modo de actuação: protestos periódicos nas ruas e aguardar a umha chegada da esquerda nacional ao poder (e aqui que cada quem ponha o nome do que mais gostar). Mas quanto tempo falta para isso? E quanto tempo se precisa ininterruptamente no governo para mudar isto? Podemos permitir-nos todo esse tempo?

A nossa opinião foi, e continua a ser, que é tempo de construir. Mas o que? Umha escola privada? Seria assim se definirmos o privado como o antónimo de público, mas isso implicaria assumir que os sindicatos, associações culturais ou desportivas, etc também o som. Em realidade a diferença encontra-se no lucro, em tirar talhada económica dumha necessidade. As iniciativas não públicas, sem ánimo de lucro, e organizadas e geridas polos movimentos sociais chamam-se historicamente iniciativas comunitárias, ou populares.

As escolas do Movimento Sem Terra no Brasil, ou a criação de instituições paralelas às estatais no Cosovo som só dous exemplos internacionais de iniciativas populares. Outras nações sem Estado desenvolveram também escolas onde garantir o direito das crianças ao ensino na sua língua: as escolas Diwan na Bretanha, as Bressola na Catalunha Nord, e as ikastolas no País Basco som o exemplos mais próximos. Nem por isso renunciáram à reivindicação dum sistema público de qualidade, mas expressáram pola via dos factos que não queriam um sistema público a qualquer preço, nomeadamente não em troca de perderem a sua língua. Mesmo na País Basco, o êxito das ikastolas obrigou o Governo autónomo a um processo de publicação de muitas delas.

Mas a Galiza não foi alheia a este tipo de iniciativas: cooperativas de consumo (como a fundada em 1903 em Sam Joám de Mugardos), economatos, o sindicalismo mais comprometido, som iniciativas que aderem à vontade dum povo que se organiza para criar rede, que não quer esperar a que lhe dêem o que é seu. No eido da Educação, as escolas criadas com dinheiro vindo da emigração som um exemplo da generosidade de galegos e galegas que queriam um futuro para as suas filhas e filhos na sua terra. As Escolas de Ensino Galego, fundadas polas Irmandades da Fala da Corunha a começos do século XX, som também iniciativas populares para garantir o direito das crianças galegas a não se sentirem estrangeiros no seu país.

Por isso, a nossa proposta é assumirmos a semántica histórica dos movimentos populares para negar umha dicotomia que nos aboca ao imobilismo. E proclamar que essas iniciativas nas que nos juntamos para criarmos o nosso futuro não som privadas, mas comunitárias ou populares.

Porque som os movementos sociais quem as costruimos, e porque o fazemos para nós, as trabalhadoras e traballadores da Galiza.

O ano pasado na asociación cultural a Gentalha do Pichel crimos que em Compostela precisávamos unha escola que garantisse o dereito das nosas crianzas a expresárem-se em galego; un centro sem ánimo de lucro, cujo hipotético beneficio económico revertese na melhora do projecto e no crecemento do mesmo. Unha iniciativa na que existisse unha bolsa de solidariedade que garanta a nom exclusom de qualquer pessoa por motivos económicos. Financiada em parte por aportaçoms de pessoas que, tenham ou nom crianzas, achegam dinheiro mensalmente porque partilham a necesidade de dotar Compostela deste centro. Pessoas que queremos demostrar pola via dos factos a existênciam dunha comunidade que quer escola em galego. E agora temos a Semente. Unha realidade que agromou, e que está a crescer ao pé do Sarela.

Compostela, 2012

